

RUI LEANDRO MAIA • LAURA M. NUNES • SÓNIA CARIDADE • ANA ISABEL SANI
RUI ESTRADA • CRISTIANO NOGUEIRA • HÉLDER FERNANDES • LÍGIA AFONSO

Coordenadores

Dicionário

Crime, Justiça e Sociedade

Abuso de Drogas Contraordenação Status Vinculação Crime Sexual Infortunística Marginalidade Acesso à Justiça Avaliação de Troia Tribunal Coletivo Sanção Crime contra a Ordem Pública Progenitor Alienado Admoestação Marketing de Relacionamento Crime Fiscal Psicologia Forense Caução Criminalidade Feminina Gestão de Riscos e Fraude Teoria da Rotulação Fraudes Corporativas Crime Informático Criminalística Injúria Perspetivas Feministas Resiliência Atavismo Conflitos Étnicos Actuarial Legalização Psicologia Positiva Reinserção Social Corrupção Stalking Direitos Humanos Estigma Inquérito de Vitimação Parricídio Direito Penitenciário Liberdade Condicional Reorganização Social Crime Passional Homicida em Série Violência Costa e McCrae Mentira Androcentrismo Crime Económico Crime de Colarinho Branco (white-collar crime) Código de Rua Teoria do Estilo de Vida Criminal Maus Tratos Infantis Psicopatologia e Crime Controlo Social Ministério Público Trabalho Sexual Vitimação Vicariante Vitimação Terciária Comunidade Vitimação Múltipla Arguido Etnografia Medicina Legal Vagabundagem/Vadiagem Extorsão Norma Social Suicídio Psicologia Jurídica Subclasse Avaliação do Risco Xenofobia Prostituição Patologia Forense Dolo Direito Direito Material Violência Doméstica Educação Criminologia Ambiental Criminologia Biossocial Acusação Conto do Vigário Técnicas de Neutralização Vitimação Direta Robin dos Bosques Prova Redução da Criminalidade Conflito Vitimologia Abuso de Força Processo Penal Masculinidade Jurisdição Psicopatia Crítica das Fontes Liberdade Poder Judiciário Denúncia Incivilidade Territorialidade Violência Sexual Alegação Patriarcado Proibição de Prova Tribunal de Júri Pedofilia Perigo Abuso de Autoridade Bullying Suspeito de Crime Sexismo Genética Psiquiatria Forense Adicção Jurisprudência Ataque e Injeção Freda Adler Prevenção Social Comunitária Química Forense Escola Positivista (da Criminologia) Reabilitação Política Criminal Femicídio Vítima Prevenção Criminal Tribunais dos Direitos Humanos Falsificação Laser e a Teoria da Antecipação e Identificação Diferenciais versus Teoria da Associação Diferencial Necrofilia Agressividade Dignidade da Pessoa Humana Decisão Judicial Shoplifting Técnicas Forenses Vitimação Secundária Progenitor Alienador Ácido Desoxirribonucleico – ADN Situação de Risco Detenção Fontes Primárias Julgamento Medidas de Coação Fator de Risco Erro Judiciário Sexting Criminoso Criptoanálise Droga Participação Criminosa Criminologia Radical Hooliganismo Sentença Feminismos Plágio Justiça Bloqueio de locais web Queixa Sociologia da Infância Assédio Sexual Online (Grooming Luring) Crime contra o Estado Criminologia Magnicídio Teoria dos Padrões Criminais Ataque informático Cidadania Estado de Direito Psicologia Evolutiva do Crime Violência Estrutural Watergate Anatomia Fontes Secundárias Confissão Contrato Social Sanidade Mental Teoria das Atividades Rotineiras Sexologia Forense Sugestionabilidade Reincidência Criminal Escola Clássica (da Criminologia) Criminólogo Antissocial Direito Público Criminologia Juiz Subculturas Desviantes Desenvolvimento Moral Manchas de Sangue Beccaria, Cesare Psicologia Judiciária Discriminação de



EDIÇÕES SÍLABO

Dicionário

Crime, Justiça e Sociedade

Coordenadores:

RUI LEANDRO MAIA

LAURA M. NUNES

SÓNIA CARIDADE

ANA ISABEL SANI

RUI ESTRADA

CRISTIANO NOGUEIRA

HÉLDER FERNANDES

LÍGIA AFONSO



EDIÇÕES SÍLABO

É expressamente proibido reproduzir, no todo ou em parte, sob qualquer forma ou meio, **NOMEADAMENTE FOTOCÓPIA**, esta obra. As transgressões serão passíveis das penalizações previstas na legislação em vigor.

Visite a Sílabo na rede
www.silabo.pt

Editor: Manuel Robalo

FICHA TÉCNICA:

Título: Dicionário – Crime, Justiça e Sociedade

Autores: Vários

© Edições Sílabo, Lda.

Capa: Pedro Mota

1ª Edição – Lisboa, setembro de 2016

Impressão e acabamentos: Cafilesa – Soluções Gráficas, Lda.

Depósito Legal: 413378/16

ISBN: 978-972-618-853-7

EDIÇÕES SÍLABO, LDA.

R. Cidade de Manchester, 2

1170-100 Lisboa

Tel.: 218130345

Fax: 218166719

e-mail: silabo@silabo.pt

www.silabo.pt

Antelóquio

O conjunto alargado de termos em torno de três palavras que, simultaneamente, sincretizam áreas de conhecimento – Crime, Justiça e Sociedade – encontra na interdisciplinaridade a primeira justificação: o estudo do crime, *lato senso*, não existe fora dos universos da justiça e da sociedade.

A ideia de fixar em dicionário o «saber essencial» que associa conhecimentos de ciências sedimentadas é, em certo sentido, peregrina, porque, existindo a consciência universal do revisionismo de saberes e de paradigmas, o quadro axiológico é sempre de tempo limitado. Não deixa de ser, mesmo assim, desafiante se prevalecer o propósito de fazer emergir para o grande público sínteses do saber sistematizado que, de forma incontornável, ambiciona granjear foros de utilidade pela aplicação ao coletivo.

Como entender o crime fora de um sistema normativo, que é também cultural, ou desapegado do todo social, fora do enquadramento sistémico que é, afinal de contas, na complexidade que se lhe pode atribuir, produto de um jogo de forças que, por homeostasia, conduz a respostas, pelo menos em expectativa, em função do acionar ou do priorizar de *n* estímulos? O esforço de concatenar pelo todo não desvirtua cada uma das partes, «ciências», mas, antes, empresta-lhes maior entendimento de si e, «como anãs aos ombros de gigantes», amplia-lhes a compreensão dos fenómenos que têm por múnus e que, de base, são sempre sociais.

Se o entendimento de crime respeita a questões de violação, consciente ou não, de normas e de ocorrências infratoras ou o de justiça consubstancia mecanismos preventivos e reguladores de condutas, maior amplitude ganham, um e outro, quando se procuram nexos causais para a compreensão de opostos, criminosos e vítimas, ou se procuram construir modelos sociais para comportamentos perniciosos, de desvio, que, de alguma forma, os expliquem e, mais do que isso, predizendo-os, os evitem.

Como entender o crime senão com esta perspetiva? Eis a motivação para a elaboração deste *Dicionário Crime, Justiça e Sociedade* que, em múltiplas entradas, conta com a colaboração de reputados académicos e especialistas de várias nacionalidades tal é, como se quis, a sua vocação supranacional e inclusiva pela ambição que os seus coordenadores demonstraram ao darem um contributo para, com reciprocidade, se poder estreitar o fosso entre o saber e o fazer.

Os coordenadores

A

Abuso de Autoridade

(Rita Rola)

O abuso de autoridade não é um crime legalmente tipificado, nem tão pouco encontra na lei penal uma definição. Trata-se de um conceito jurídico que resulta dos vários tipos legais integrados na Secção III – Do Abuso de Autoridade, do Capítulo IV – Dos crimes cometidos no exercício de funções públicas, do Código Penal.

Assim, são crimes praticados com abuso de autoridades a violação de domicílio por funcionário, a concussão, o emprego de força pública contra a execução da lei ou de ordem legítima, a recusa de cooperação, o abuso de poder, e a violação das regras urbanísticas por funcionário, presentes nos artigos 378º a 382º-A do Código Penal.

Para alcançar um conceito de abuso de autoridade é essencial, indiscutivelmente, ter em linha de análise todos estes tipos legais. Ora, verifica-se o crime de violação de domicílio por funcionário quando este, abusando dos poderes inerentes às suas funções, se introduz, sem consentimento, na habitação de outra pessoa ou nela permanece depois de intimado a retirar-se (Cfr. nº 1 do artigo 190º do Código Penal), ou quando há uma violação do domicílio profissional de quem, pela natureza da sua atividade, estiver vinculado ao dever de sigilo. Já o crime de concussão ocorre quando um funcionário, no exercício das suas funções ou de poderes de facto delas decorrentes, receba vantagem patrimonial que lhe não seja devida, ou seja superior à devida, nomeadamente contribuição, taxa, emolumento, multa ou coima, quer por si, quer por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, para si, para o Estado ou para terceiro, mediante indução em erro ou aproveitamento de erro da vítima. E, quando o funcionário, competente para requisitar ou ordenar o emprego de força pública, requisitar ou ordenar este emprego para impedir a execução da lei,

mandado regular da justiça ou ordem legítima de autoridade pública, verifica-se uma conduta que integra o crime de emprego de força pública contra a execução da lei ou de ordem legítima.

A recusa de cooperação, enquanto crime legalmente previsto, exige que o funcionário, que tenha recebido requisição legal de autoridade competente para prestar a devida cooperação à administração da justiça ou a qualquer serviço público, se recuse a prestá-la, ou sem motivo legítimo a não prestar.

O abuso de poder é um tipo legal mais emblemático e controverso, por corresponder (ou não) a uma expressão que é mais comumente invocada pelo senso comum. Verifica-se a existência do crime de abuso de poder quando o funcionário, fora das situações que não se enquadrem nos crimes anteriormente descritos, abusar de poderes ou violar deveres inerentes às suas funções, com a intenção de obter, para si ou para terceiro, benefício ilegítimo ou causar prejuízo a outra pessoa. Este tipo legal assume, porquanto, um carácter subsidiário em relação aos demais supramencionados e, a esse motivo, aliado à amplitude do seu conceito, se deve o facto de, por diversas e erróneas vezes, se dizer que estamos perante uma situação de abuso de poder, quando, na realidade, se verifica um outro crime, como, por exemplo, o crime de concussão, previsto e punido no artigo 379º do Código Penal. O abuso de poder é um dos crimes em que se verifica o abuso de autoridade, não se confundido com este.

Por último, o crime de violação de regras urbanísticas por funcionário ocorre quando este informe ou decida favoravelmente processo de licenciamento ou de autorização ou preste neste informação falsa sobre as leis ou regulamento aplicáveis, consciente da desconformidade da sua conduta com as normas urbanísticas.

Perante o exposto, é possível concluir que, para que se verifique o abuso de autoridade, é imprescindível que exista o denominador comum

a todos estes crimes: que sejam praticados por funcionário.¹ Apenas a prática por funcionário, pessoa que detém poderes de autoridade, poderes funcionais inerentes ao cargo que ocupa, ou poder ou função a que está adstrito, é suscetível de integrar estes crimes. E, além disso, a prática do ato terá que ocorrer no exercício dessas funções.

Os crimes que têm subjacente o abuso de autoridade constituem crimes de função, sendo, por isso, crimes específicos,² pois apenas podem ser cometidos por quem possua determinada qualidade ou estatuto, neste caso o funcionário que detém determinados poderes funcionais e faz uso dos mesmos de modo abusivo ou para fins diversos daqueles que os parâmetros da lei exigem.

Há, ainda, a exigência de uma clara intenção de retirar um proveito, vantagem para si ou para terceiro, ou até para o Estado, isto é, há uma intenção específica, não se devendo o uso abusivo ou o mau uso dos poderes funcionais ao desconhecimento ou erro do funcionário.³

Os crimes previstos nesta secção visam tutelar a autoridade como bem jurídico-penal. Visam, ainda, proteger a credibilidade da administração estadual, que viu afetada a imparcialidade e eficácia dos seus serviços com determinadas condutas. Além disso, visa-se, ainda, proteger «os interesses do cidadão contra o exercício do poder pelos agentes do próprio Estado»,⁴ sendo um meio de tutela característico de um Estado de Direito.

Além disso, o conceito jurídico de «abuso de autoridade» fundamenta uma agravação da ilicitude e, consequentemente, da pena aplicável, de vários crimes, como, por exemplo, homicídio qualificado, sequestro, ameaça e coação.⁵

Bibliografia

- Código Penal. 2015. *Código Penal*. Coimbra: Almedina.
 Figueiredo Dias, J. 2001. *Comentário Conimbricense do Código Penal, tomo III*. Coimbra: Coimbra Editora.
 Taipa de C. 2008. *Direito Penal, Parte Geral – Questões Fundamentais. Teoria Geral do Crime, 2º ed.* Coimbra: Coimbra Editora.

Abuso de Confiança Fiscal

(Maria do Rosário Anjos)

Incorre na prática de um crime de abuso de confiança fiscal, previsto no artigo 105º do Regime Geral das Infrações Tributárias, quem não entregar à autoridade tributária, total ou parcialmente, prestação tributária deduzida nos termos da lei e que estava legalmente obrigado a entregar.

Trata-se de um ilícito penal fiscal, que visa garantir a cobrança tempestiva das receitas fiscais, mormente daquelas que os agentes económicos têm à sua guarda, por força das consequências que o legislador atribuiu à figura da substituição tributária, que subjaz ao processo de cobrança de muitos impostos e obrigações contributivas (Andrade, 1998). Esta opção do legislador, devidamente regulamentada nos artigos 20º a 28º da Lei Geral Tributária (LGT), tem garantido uma eficácia burocrática no procedimento de liquidação e cobrança dos tributos, porém, criou uma «oportunidade» de liquidez nos cofres dos agentes económicos que, se não for devidamente controlada pela gestão, pode originar a falta de meios suficientes para a entrega dos valores retidos na fonte ou recebidos por repercussão sobre o preço final, como sucede no caso do Imposto sobre o Valor Acrescentado (Dias, 1999).

Os bens jurídicos a acautelar são: a proteção do património do Estado e a exigência dos deveres de colaboração dos contribuintes com a Administração Fiscal, obedecendo aos princípios

(1) O conceito de funcionário encontra-se legalmente consagrado, para efeitos de aplicação da lei penal, no artigo 386º do Código Penal.

(2) Apesar de todos serem crimes específicos pelo motivo exposto, é possível delinear uma distinção entre eles. Crimes como a concussão são crimes específicos próprios ou puros, visto que o estatuto do agente é o fundamento da ilicitude; já crimes como crime de violação de domicílio por funcionário, ou até mesmo o crime de homicídio qualificado previsto na al. m) do n.º 2 do artigo 132º do CP, são crimes específicos impróprios ou impuros, na medida em que a qualidade do agente apenas agrava a ilicitude.

(3) Sobre o exposto, *vide*, a título de exemplo, o Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 27-11-2013, proc. 98/07.0JALRA.C3, relator Brízida Martins, disponível na *Internet* em dgsi.pt.

(4) Cfr. Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 29-11-2006, proc. 476/01.9GBILH.C1, relator Inácio Monteiro, disponível na *Internet* em dgsi.pt.

(5) Cfr. art.º 132º, n.º 2, m); 158º, n.º 2, g); e 153º e 154º em conjugação com o art.º 155º, n.º 1, d), todos do CP.

da segurança e confiança do tráfico jurídico. Assim, não se exige a apropriação ilícita mas tão só a não entrega das verbas recebidas ao seu destinatário: o Estado. E não se acolhem como relevantes os argumentos das dificuldades económicas como motivação da não entrega.

Há alguma controvérsia jurídica entre a doutrina em torno da concessão atribuída pelo legislador português aos ilícitos penais fiscais, nos quais se enquadra o crime de abuso de confiança fiscal e de fraude fiscal (Dias e Andrade, 1999, 425-426), mas podemos afirmar que toda a evolução legislativa entre nós revela que o legislador português pretende, no essencial, garantir a obtenção das receitas fiscais em presença (Sousa, 2006).

O propósito do legislador é o de garantir o recebimento das prestações pecuniárias. A jurisprudência do Supremo Tribunal Administrativo ratifica este entendimento, considerando que se impõe garantir o recebimento dos valores arrecadados pelos agentes económicos, no cumprimento das suas obrigações de retenção na fonte.¹ O Estado resolve o problema da dificuldade de cobrança e da burocracia inerente à mesma e as empresas processam o imposto, e recebem os correspondentes valores que devem entregar no prazo previsto legalmente (Sousa e Santos, 2003).

A lei nº 53-A/2006 de 29 de dezembro (lei do orçamento de Estado para 2007) suscitou bastante polémica ao alterar o conteúdo do art.º 105º, nº 4, ao qual acrescentou uma nova exigência contida na sua alínea b). As opiniões doutrinárias divergiram e os tribunais também, proferindo sentenças que consagravam entendimentos diversos quanto à mesma questão de direito (Anjos, 2008).

A questão da qualificação jurídica a atribuir a esta nova alínea b), do nº 4 do artigo 105º do Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT), foi alvo de uma apreciação exaustiva por parte do Pleno do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), que proferiu um acórdão de uniformização de jurisprudência sobre a questão.

A Lei 64-A/2008, de 31 de Dezembro (lei do Orçamento de Estado para 2009) alterou a redação do nº 1 do artigo 105 do RGIT, passando a considerar como crime as prestações tributárias de valor superior a €7500. E, nos termos pre-

vistos no nº 7, os valores a considerar são os que devam constar de cada declaração a apresentar à administração fiscal (Sila, 2007).

Se dúvidas houvesse sobre o caráter patrimonialista atribuído a este tipo de ilícito fiscal, elas ficariam agora devidamente esclarecidas. Trata-se de norma absolutamente idêntica ao nº 3, do artigo 103º, aplicável à fraude fiscal, pelo que a punição deste crime deve atender, não ao valor total de todas as prestações que integram a continuação criminosa, mas ao valor de cada uma daquelas prestações. Este entendimento é, ainda, aplicável ao crime de abuso de confiança contra a segurança social (Sousa, 2006).

Em conclusão, verifica-se que o tipo legal de crime de abuso de confiança fiscal tem passado por diversas metamorfoses, em função das razões de política criminal que se revelam mais ponderosas em cada momento da vida social.

As alterações têm sido cirurgicamente traçadas em função dos propósitos de maximização da receita fiscal e de promoção da maior responsabilização dos agentes económicos pelo cumprimento da entrega das suas prestações tributárias.

Na verdade, olhando para os resultados dos últimos dez anos, pode dizer-se que a consciencialização das consequências criminais nesta sede determinaram uma propensão para o recurso mais atempado e célere dos mecanismos legais previstos, para a proteção da empresa e dos seus credores, mormente o recurso ao processo de insolvência, contrariando a tendência de incumprimento verificada no passado.

Bibliografia

- Andrade, M. C. 1998. *A nova lei dos crimes contra a economia (Decreto Lei nº 28/84 de 20 de Janeiro) à luz do conceito de «bem jurídico»*. DPEE, Vol. I. Coimbra: Coimbra Editora.
- Andrade, M. C. e Sousa, S. A. 2007. «As metamorfoses e desventuras de um crime (abuso de confiança fiscal) irrequieto, reflexões críticas a propósito da alteração introduzida pela Lei nº 53 – A/2006 de 29 de Dezembro». *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 17, 54.
- Anjos, M. R. 2008. «O crime de abuso de confiança fiscal à luz da nova redação do artº 105º do RGIT: anotação ao Acórdão de fixação de jurisprudência sobre a aplicação da Lei nº 53 – A/2006 de 29 de Dezembro aos processos anteriores à entrada em vigor da Lei Nova». *Vida Económica*, 28-56.
- Carvalho, A. T. 2007. *O crime de abuso de confiança fiscal – As consequências jurídico-penais da altera-*

⁽¹⁾ Vd., entre outros, Ac. STJ de 04-02-2010, in www.dgsi.pt.

- ção introduzida pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro. Coimbra: Coimbra Editora.
- Dias, A. S. 1999. «Os crimes de fraude fiscal e de abuso de confiança fiscal. Alguns aspectos dogmáticos e político-criminais». *Ciência e Técnica Fiscal*, nº 394.
- Dias, J. F. e Andrade, M. C. 1999. *O crime de fraude fiscal no novo direito penal português. DPEE, vol. I*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Silva, I. M. 2007. «Regime geral das infracções tributárias». *Cadernos IDEFF*, nº 5: 411-438.
- Sousa, J. L. e Santos, M. S. 2003. *Regime geral das infracções tributárias anotado*, 2ª edição. Lisboa: Áreas Editora.
- Sousa, S. A. 2006. *Os crimes fiscais – análise dogmática e reflexão sobre a legitimidade do discurso criminalizador*. Coimbra: Coimbra Editora.

Abuso de Drogas

(Olga S. Cruz)

O termo abuso de drogas continua a ser muito utilizado atualmente, sobretudo no discurso social, para fazer referência a comportamentos de consumo que provocam problemas para o indivíduo e/ou para a sociedade.

No anterior DSM-IV-TR (American Psychiatric Association, 2002), a categoria abuso de substâncias era contemplada para designar um consumo desadaptativo do qual decorrem prejuízos ou sofrimento clinicamente relevantes, que se manifestam, no mínimo, por um dos critérios subsequentes: (i) incapacidade de cumprir obrigações; (ii) manutenção do uso mesmo quando há perigo físico; (iii) recorrência de problemas legais; e (iv) continuação do consumo apesar dos seus prejuízos sociais.

Frequentemente o conceito de abuso de drogas reveste-se de ambiguidade e de um carácter pejorativo, sendo «usado de uma forma reprovadora para fazer referência a qualquer uso, em especial de drogas ilegais» (World Health Organization, 1994).

Por tais razões, este termo não é utilizado nos atuais sistemas classificativos das doenças mentais.

No ICD-10 (World Health Organization, 1993) o conceito de abuso de drogas é preterido pelo de uso nocivo ou prejudicial (*harmful use*), que designa um «padrão de uso de substâncias psicoativas que provoca danos na saúde», tanto a nível físico como psicológico. Este diagnóstico é também diferenciado da síndrome de dependência, que se aplica nos casos em que de um consumo repetido de drogas decorre um con-

junto de efeitos cognitivos, comportamentais e fisiológicos que se expressam por um mínimo de três critérios, experienciados num ano: compulsão para o consumo, dificuldade em controlá-lo, abstinência, tolerância, hegemonia deste comportamento face a outras atividades e sua manutenção apesar dos prejuízos que acarreta (World Health Organization, 1993).

No atual DSM-5 (American Psychiatric Association, 2013) é contemplada a perturbação de uso de substâncias, que vem integrar e substituir os diagnósticos de abuso e de dependência presentes na versão anterior. Apresenta-se, portanto, uma categoria diagnóstica unificada expressa ao longo de um contínuo, por se reconhecer que pode ser variável a severidade clínica do comportamento de consumo. Tal gravidade depende do número de critérios, sendo considerada ligeira quando são preenchidos dois ou três, moderada quando existem quatro ou cinco e grave perante a existência de pelo menos seis (American Psychiatric Association, 2013). O diagnóstico de uma perturbação de uso de substâncias – cuja principal característica «é um conjunto de sintomas cognitivos, comportamentais e fisiológicos que indicam que o indivíduo continua a usar a substância apesar da existência de problemas significativos relacionados» –, aplica-se tanto a drogas legais (álcool e tabaco), como ilegais (*e.g.*, opióides, alucinogénios, canabinóides) (American Psychiatric Association, 2013). Genericamente, tal diagnóstico recorre aos critérios já contemplados no DSM-IV-TR para as categorias de abuso e de dependência, sendo agrupados em: (i) deficiente controlo sobre o uso de substâncias, incluindo o *craving* (*i.e.*, compulsão, ânsia e desejo arrebatadores para a intoxicação); (ii) prejuízo social decorrente desta prática; (iii) uso arriscado das substâncias; e (iv) critérios farmacológicos de tolerância e abstinência (American Psychiatric Association, 2013).

No DSM-5 são então necessários dois ou três sintomas para se diagnosticar uma perturbação de uso de substâncias ligeira, enquanto na versão anterior bastava um critério para se estabelecer o diagnóstico de abuso, sendo requeridos três ou mais no caso da dependência.

Neste sentido, numa análise comparativa entre abuso e dependência, pode considerar-se que o abuso corresponde a um estágio anterior e menos severo de consumo problemático, enquanto a dependência traduz uma fase mais avançada e de maior severidade clínica, que envolve uma

maior compulsão para o uso de drogas e uma maior hegemonia deste comportamento na vida do sujeito.

Apesar de ser inegável a existência destas utilizações de drogas problemáticas, é cada vez mais realçado que uma compreensão adequada do comportamento de consumo implica reconhecer a existência de padrões de utilização que não se revestem deste carácter problemático, não estando associados a prejuízos clinicamente significativos (Cruz, 2014a). Considera-se que tais padrões – frequentemente designados de recreativos, funcionais, não dependentes ou não problemáticos – implicam um processo constante de autorregulação do consumo, para impedir a centralidade desse comportamento na vida do sujeito (Cruz, 2014b).

Todavia, no discurso social, uso, abuso e dependência de drogas continuam a ser termos não raras vezes utilizados de uma forma relativamente indiferenciada, o que prejudica a compreensão e a capacidade de lidar com este fenómeno.

Assim e concluindo, um entendimento e abordagem adequadas a este nível exigem que se encare o uso de drogas ilegais em toda a sua complexidade e como um contínuo, desde um extremo de consumo (praticamente) não problemático a um outro problemático (Cruz 2014b, 13). Igualmente essencial é reconhecer que não há uma progressão inevitável entre os diferentes estádios de consumo, sendo muitos os utilizadores de drogas que nunca chegam a desenvolver um padrão de consumo abusivo ou dependente (Cruz 2014b, 2).

Bibliografia

- American Psychiatric Association. 2002. *DSM-IV-TR. Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais* (4ª Ed.). Lisboa: Climepsi.
- American Psychiatric Association. 2013. *Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais* (5ª Ed.). Lisboa: Climepsi.
- Cruz, O. 2014a. *Drogas ilícitas: Consumidores 'não problemáticos', histórias e trajetórias*. Lousã: Rei dos Livros.
- Cruz, O. 2014b. «Nonproblematic illegal drug use: Drug use management strategies in a Portuguese sample». *Journal of Drug Issues*, 4, 1-18.
- World Health Organization. 1993. *The ICD-10 classification of mental and behavioural disorders*. Geneva: World Health Organization. <http://apps.who.int/classifications/icd10/browse/2015/en#/F10-F19>

World Health Organization. 1994. *Lexicon of psychiatric and mental health terms* (2nd ed.) Geneva: World Health Organization. <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/39342/1/924154466X.pdf>

Abuso de Força

(Rita Rola)

Um Estado de Direito é aquele que garante o respeito pelos direitos dos seus cidadãos, consagrando valores como a justiça, a tutela jurisdicional efetiva, a proporcionalidade, separação de poderes, proteção dos direitos fundamentais e da dignidade humana. Para tal institui garantias que permitem fazer valer estes direitos.

O Direito Penal, por ser aquele de cuja aplicação poderão decorrer as restrições mais graves dos direitos fundamentais dos cidadãos, está associado a um determinado número de garantias constitucional e legalmente consagradas, que evitam que a prossecução da responsabilidade criminal se torne numa verdadeira «caça ao homem», numa arbitrariedade desmedida, com consequências que seriam avassaladoras para uma República como Portugal, baseada na dignidade da pessoa humana.

Deste modo, toda e qualquer violação dessas garantias (ou omissão das mesmas) é censurável. Mas vejamos. Quem assegura, no plano prático, o cumprimento dessas garantias, são, em primeira linha, funcionários do Estado, agentes de autoridade, pessoas humanas. Pessoas estas que nem sempre agem com a maior retidão possível. Neste plano, assistimos demasiadas vezes ao chamado «abuso de força» ou «abuso da força». Esta expressão não diz respeito a nenhum crime legalmente tipificado, nem tão pouco se circunscreve ao âmbito em que o inserimos. É um conceito lato, com inúmeras vertentes e perfeitamente adaptável a várias circunstâncias, mesmo em matéria de Direito Penal. Todavia, um dos seus significados possíveis, passa, exatamente, por aquele que não poucas vezes se encontra estampado nas manchetes da imprensa. Ocorre, pois, um abuso de força, quando uma pessoa com autoridade, nomeadamente policial, usa a força de forma inadvertida ou injustificada contra um cidadão, quer seja ele suspeito da prática de um crime, arguido ou recluso.

Este mesmo «abuso de força» verifica-se, ainda, em diversos momentos, quando as auto-

ridades policiais tentam deter ou «acalmar» manifestações.

Não é aleatório o dedo que foi apontado para Portugal, afirmando que «[o]s principais problemas de direitos humanos [em Portugal] incluem uso de força excessivo e abuso sobre detidos e prisioneiros pela polícia e guardas prisionais, más condições e insalubridade nas prisões». Este foi o resultado de um relatório norte-americano sobre os direitos humanos, divulgado por John Kerry, em 2012 (e idêntico ao do ano anterior), que salienta o abuso de força policial.

O abuso de força, em primeiro lugar, verifica-se por quem a possui. Isto é, por quem tem autoridade, através das funções que possui, de exercer e usar a força em casos necessários. É, naturalmente, o caso das autoridades policiais. Não obstante, determina o princípio da proporcionalidade que, ainda que seja permitido por lei o uso da força, esta seja adequada ao fim pretendido, necessária, não havendo outra alternativa menos gravosa, exigindo-se um juízo de proporcionalidade e equilíbrio entre a situação fáctica e o fim a atingir. E, é precisamente a necessidade e o juízo de proporcionalidade que são, por vezes, atropelados. Sem falar nos casos mais dramáticos, onde verdadeiramente o uso da força não é sequer legal.

O abuso de força não se confunde com o abuso de autoridade, pois este segundo é um conceito jurídico que tutela credibilidade das instituições dos Estado, estando subjacente à tipificação de determinados crimes e à agravação da ilicitude de outros, quando são cometidos por funcionários do Estado com abuso da autoridade que lhes foi atribuída em virtude das funções a que se encontram adstritos. O abuso de força é levado a cabo por quem tem autoridade, mas também pode ser encarado por uma segunda perspetiva.

Quando estamos perante uma situação de legítima defesa, pode haver uso excessivo de força empregue na defesa, podemos considerar que há um abuso da força utilizada. A legítima defesa é uma causa de justificação que exclui a ilicitude do ato do agente, isto é, o agente agiu legitimamente para se defender. Contudo, se houve um abuso daquilo que lhe era legítimo, reportamo-nos a um excesso dos meios empregados que poderão ser, ou não, censuráveis, consoante tenham sido determinados por sentimentos como medo, susto e perturbação ou raiva e desejo de vingança. Os primeiros sentimentos,

apesar de terem provocado um excesso de legítima defesa, isentam o agente da pena, por falta de culpa.

Nesta última perspetiva, não nos deparamos com um agente de autoridade, mas um qualquer cidadão, o que explica a elasticidade do conceito de «abuso de força», perante a omissão legal a seu respeito. Todavia, o ponto comum entre as duas situações descritas encerra-se no facto de existir sempre uma prévia legitimação do uso da força, para que exista um abuso. Caso contrário, seríamos reconduzidos ao uso ilícito da força. Não obstante, quer um, quer outro, no caso concreto, podem ser classificados como atos ilícitos, devendo ser censuráveis e puníveis como tal, sendo a responsabilidade criminal (combinada com a civil, no caso de ser peticionada uma indemnização cível) aquela que fará justiça perante infratores.

Bibliografia

- Código Penal. 2015. *Direito penal*. Coimbra: Editora Almedina.
- Paulo P. 2013. «Portugal criticado por abuso de força policial e violência contra mulheres», *Jornal Público*, 19 de abril, <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/portugal-criticado-por-abuso-de-forca-policial-e-violencia-contra-mulheres-1591946>.

Abuso Infantil

(Teresa M. Magalhães)

O termo abuso, num sentido amplo, refere-se a qualquer comportamento humano, inadequado, excessivo e causador de dano (ao próprio ou a terceiros), podendo ter lugar no âmbito da violência perpetrada contra seres vivos, do consumo de substâncias ou noutros. No caso das relações interpessoais, existe uma série de aspetos que levam a que o conceito de abuso não seja sempre consensual entre os diversos países e comunidades, e dentro destes, entre as diferentes instituições e profissionais; destaca-se aqui o facto da noção de abuso estar associada a valores culturais e a crenças, e o facto de cada grupo profissional o utilizar de acordo com o foco da sua intervenção específica (WHO, s/d). Assim, a maior dificuldade é determinar, de forma precisa e consistente, qual o limite entre o que efetivamente é e não é abuso. Esta dificuldade reflete-se na capacidade dos profissionais que trabalham com vítimas, concretas ou poten-

ciais, para detetar o abuso. Tem ainda consequências ao nível da investigação científica, impossibilitando frequentemente a comparação de dados entre si, incluindo dados estatísticos oficiais (Silveira, Ribeiro e Magalhães, 2010).

Para definir abuso, partindo dos conceitos adotados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e a *United Nations Children's Fund* (UNICEF), importa considerar primeiro o conceito de maus-tratos, dado que estando ambos associados, frequentemente se usam de forma indiscriminada. Os maus-tratos consistem num comportamento ou na sua ausência, voluntário ou não, perpetrado por uma pessoa no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder, que vai contra as normas de conduta e que resulta num dano (concreto ou potencial), para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento (no caso das crianças) ou dignidade de quem o sofre. Nesta medida, o conceito de maus-tratos inclui o abuso, a negligência e a exploração (UNICEF, 2012; WHO, s/d).

O abuso, constituindo uma forma de maus-tratos por omissão, refere-se a qualquer comportamento ativo, geralmente voluntário, no contexto de uma relação de poder arbitrariamente exercido por quem o pratica e causador de dano biopsicossocial (potencial ou concreto) a quem o sofre (WHO, s/d; UNICEF 2012). No caso do abuso infantil (AI), este é geralmente praticado por um adulto ou adolescente mais velho, contra uma criança (menor de dezoito anos de idade).

O AI pode ocorrer nos diferentes contextos em que a criança interage, como em casa, em instituições (e.g., infântário, escola, casa de acolhimento), na comunidade, ou mesmo através dos *media* ou da *Internet*; o abuso pré-natal também deve ser considerado. Podem-se considerar três principais tipos de AI: o abuso físico (incluindo o castigo corporal, a síndrome da criança abanada e a síndrome de Munchausen por procuração), o abuso psicológico ou emocional e o abuso sexual. A exposição das crianças à violência entre os cuidadores deve ser também considerada uma forma de AI (WHO, s/d).

O AI verifica-se à escala mundial, constituindo uma questão de elevada relevância social e legal, bem como um importante problema de saúde pública. Por este último motivo, consta do capítulo relativo aos maus-tratos da *International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems* da OMS (ICD-10,

2015); no subcapítulo T74 (pontos 1-3, 8 e 9), o abuso é descrito de acordo com as suas tipologias e no Y07 (pontos 1-3, 8 e 9), de acordo com o perpetrador. Para além das consequências de saúde imediatas, que podem variar desde ligeiras a fatais, dependendo do tipo de abuso, das circunstâncias relacionais e da severidade do mesmo, existem também consequências a longo prazo, muitas vezes graves. Estas últimas resultam do facto do AI constituir uma forma de experiência adversa da infância (EAI), altamente correlacionada com perturbações na vida adulta das vítimas (Iowaacs, s/d). Estas EAI são, assim, fatores de risco ou causa de várias disfunções e patologias, pelo que na ICD-10 há um subcapítulo nos maus-tratos relativo aos problemas relacionados com eventos negativos de vida na infância, do qual relevam o abuso sexual e o físico (Z61, pontos 4 a 6) (ICD-10, 2015). De facto, o stress originado pelo AI perturba o desenvolvimento dos sistemas nervoso e imunológico, o que pode originar problemas comportamentais e de saúde mental, entre os quais (Iowaacs, s/d): mau desempenho académico; ser perpetrador ou vítima de violência, designadamente na família; consumo inadequado de tabaco, álcool e outras substâncias; início precoce da atividade sexual consentida (frequentemente com múltiplos parceiros, com risco gravidez não desejada na adolescência – muitas vezes com morte fetal); obesidade; depressão. Na sequência destas perturbações, estas vítimas apresentam, entre outras, uma taxa superior à população não abusada de doença isquémica cardíaca, hipertensão arterial, asma, doença pulmonar obstrutiva crónica, diabetes, doenças hepáticas, cancro, infeções sexualmente transmissíveis, suicídio (ou tentativa) e mortalidade precoce. As consequências do AI, de uma forma global, incluem o grande impacto económico para as vítimas e respetivas famílias, bem como para a sociedade em geral, o que se deve aos custos de saúde imediatos e a longo-prazo, com a proteção social, a segurança e justiça, com o baixo rendimento académico e laboral das vítimas, e ainda com a sua incapacidade, reforma e mortalidade precoces.

Para proteger as crianças e para as tratar atempadamente, prevenindo também a revitimização e as consequências a longo-prazo, é fundamental a sua deteção precoce. Esta pode acontecer a partir da revelação pelas vítimas (o que não constitui a situação mais frequente), ou

a partir da identificação de indicadores de AI (Jardim e Magalhães, 2010; Magalhães *et al.* 2010; Peixoto e Ribeiro, 2010) e de fatores de risco (Hamilton-Giachritsis, Silva-Peixoto e Melo, 2011), matéria que os profissionais que trabalham com crianças devem conhecer. A suspeita de um AI deve dar origem à sua comunicação às entidades competentes, de forma a desencadear todo o trabalho de uma equipa multidisciplinar que irá promover um diagnóstico seguro e as medidas adequadas a satisfazer as necessidades e o melhor interesse das vítimas. Este é um assunto a que os Estados devem dar prioridade máxima, na perspetiva da sua prevenção aos diversos níveis, incluindo programas com crianças e cuidadores que promovam uma cultura de não-violência e permitam desenvolver uma parentalidade positiva.

Bibliografia

- Hamilton-Giachritsis, S. P. e Melo. 2011. «Risk. Assessment and intervention». In *To improve the management of child abuse and neglect*, org. T. Magalhães. Maia: SPECAN, 97-131.
- ICD-10. 2015. «International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems», World Health Organization. 10th Revision, 4th edition.
- iowaaces. s/d. «Adverse Childhood Experiences can last a lifetime, but they don't have to», <http://www.iowaaces360.org/>
- Jardim, P. e Magalhães, T. 2010. «Indicadores físicos e biológicos de abuso sexual». In *Abuso de crianças e jovens. Da suspeita ao diagnóstico*, org. T. Magalhães. Lisboa: Lidel, 109-118.
- Magalhães, T., Jardim, P., Santos, L. *et al.* 2010. «Indicadores físicos de abuso». In *Abuso de crianças e jovens. Da suspeita ao diagnóstico*, org. T. Magalhães. Lisboa: Lidel, 51-107.
- Peixoto, C. e Ribeiro, C. 2010. «Indicadores psicológicos de abuso». In *Abuso de crianças e jovens. Da suspeita ao diagnóstico*, org. T. Magalhães. Lisboa: Lidel, 39-49.
- Silveira Ribeiro, C. e Magalhães, T. 2010. «Aspectos epidemiológicos do abuso». In *Abuso de crianças e jovens. Da suspeita ao diagnóstico*, org. T. Magalhães. Lisboa: Lidel, 23-29.
- United Nations Children's Fund. 2012. *Measuring and Monitoring Child Protection Systems: Proposed Core Indicators for the East Asia and Pacific Region*. Strengthening Child Protection Series Nº 1, Bangkok: UNICEF EAPRO.
- WHO. s/d. «Child Maltreatment» <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs150/en/>.

Abuso Sexual Infantil

(Teresa M. Magalhães)

A definição de abuso sexual infantil (ASI) varia muito na literatura científica, sobretudo no que se refere aos seguintes critérios (Senn, Carey e Vanable, 2008): (i) idade máxima das vítimas (desde o início da adolescência até aos 18 anos); (ii) tipo de práticas sexuais consideradas abusivas (de muito abrangentes – não se exigindo o contacto físico –, a muito restritivas – exigindo-se a penetração de cavidade corporal); (iii) idade do alegado perpetrador (considerando-se uma idade superior à da vítima variando de 5 a 10 anos); (iv) recurso, ou não, à coerção ou a ameaças (discutindo-se se uma prática «consentida», relacionada com a descoberta da sexualidade, seja na infância ou adolescência, se deve considerar um abuso). A falta de uma definição consistente e consensual, e a frequente utilização, pelos investigadores e instituições, das suas próprias definições, impede ou dificulta a comparação entre dados dos diferentes estudos, levando, por exemplo, a que se encontrem diversos graus de gravidade quanto às consequências do ASI, de acordo com as tipologias de abuso consideradas em cada estudo (Senn *et al.*, 2008).

De uma forma genérica, o ASI constitui um tipo de abuso constante do capítulo relativo aos maus-tratos da *International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems* da Organização Mundial de Saúde (OMS) (ICD-10, 2015), designadamente no subcapítulo T74.2. De acordo com as definições da OMS (WHO, s/d) e *United Nations Children's Fund* (UNICEF, 2012), o ASI consiste em forçar ou aliciar uma criança ou jovem a participar em atividades de caráter sexual, incluindo a prostituição, independentemente da sua capacidade de compreensão para o facto, atividades estas para as quais está incapaz para dar o seu consentimento informado ou não está preparada do ponto de vista do seu desenvolvimento. Pode ser perpetrado por um adulto ou outra criança que, em razão da sua idade ou desenvolvimento, tenha uma relação de responsabilidade, confiança ou poder com a vítima, e tem como objetivo a satisfação das necessidades do perpetrador. As práticas podem envolver contacto físico (sem ou com penetração, como beijar, tocar ou acariciar os genitais ou mamas da criança, ou praticar coito vaginal, anal ou oral) ou não (como levar a criança a observar práticas sexuais, envolvê-la

na produção de material pornográfico ou levá-la a assumir um comportamento sexualizado inapropriado).

Esta definição é bastante abrangente, mas ainda assim persistem aspetos que carecem de melhor esclarecimento: (i) a satisfação das necessidades do perpetrador pode ser não apenas de gratificação física mas, igualmente, de carácter económico; (ii) o abuso pode ser intrafamiliar (geralmente reiterado) ou extrafamiliar (mais frequentemente por pessoa conhecida da criança, tendendo a ser único quando praticado por desconhecido) (Magalhães Taveira, Jardim, Santos, Matos e Santos, 2009); (iii) os casos intrafamiliares são em regra considerados abusivos, mas os extrafamiliares podem sê-lo ou não, dependendo da idade das pessoas envolvidas, do facto de a prática ser consensual, da existência ou não de coerção e da igualdade na relação das pessoas envolvidas; (iv) a circunstância de a prática ser concretizada por uma pessoa de menor idade pode não excluir o carácter abusivo da mesma, desde que esta se acompanhe de coerção, ameaça, abuso de poder ou ausência de «consentimento» para a mesma.

Importará descrever com mais detalhe os diferentes tipos de práticas de natureza sexual a que uma criança pode ser forçada, coagida ou aliciada, entre elas: (i) observar fotografias ou vídeos eróticos ou pornográficos, os genitais de outro indivíduo ou práticas sexuais autoeróticas ou com terceiros; (ii) a ter contacto sexual com o perpetrador que envolva a região oral (e.g., beijar, lambe, chupar, morder ou cuspir), genital ou anal (com ou sem penetração, com dedos/mão, objetos ou pénis), contacto este que pode acontecer na boca, mamas, genitais ou ânus de uma ou outra das pessoas envolvidas (Magalhães, Jardim e Vieira, 2013); (iii) expor-se à observação das suas mamas, genitais ou ânus, sem contacto físico pelo perpetrador, mas podendo esta envolver a masturbação com dedos ou objetos e acontecer isoladamente ou em conjunto com outras crianças ou animais, com os quais é levada a estabelecer contactos sexuais; (iv) praticar atos pornográficos para a realização de fotografias e vídeos; (v) prostituir-se.

Apesar das diferenças entre os dados estatísticos, quase todos são unânimes em afirmar que as vítimas são mais frequentemente do sexo feminino e os perpetradores quase sempre do masculino, e familiares ou conhecidos das crianças.

As consequências destas experiências abusivas são geralmente muito graves, tal como para o abuso em geral, podendo ser particularmente graves nos casos em que existe uma grande proximidade entre a vítima e o perpetrador. Nesta medida, a sua deteção precoce é fundamental, não só para tratamento de lesões, prevenção de certas condições (e.g., infeções sexualmente transmissíveis ou gravidez) e acompanhamento psicossocial adequado, como para garantir a proteção da vítima e uma investigação criminal atempada. Para esta deteção, importa conhecer os indicadores físicos e psicológicos de abuso sexual (Jardim e Magalhães, 2010; Peixoto e Ribeiro, 2010), comunicar a suspeita o mais rapidamente possível às entidades competentes (Pinto da Costa e Magalhães, 2010) e realizar com urgência a entrevista forense, evitando-se a contaminação dos relatos (Peixoto, Ribeiro e Lamb, 2011), bem como o exame médico forense, para preservação de eventuais vestígios físicos e biológicos, e descrição de lesões (Magalhães, Jardim e Vieira, 2013).

Bibliografia

- ICD-10. 2015. «International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems», World Health Organization. 10th Revision, 4th edition.
- Jardim, P. e Magalhães, T. 2010. «Indicadores físicos e biológicos de abuso sexual». In *Abuso de crianças e jovens. Da suspeita ao diagnóstico*, org. T. Magalhães. Lisboa: Lidel, 109-118.
- Magalhães, T., Jardim, P. e Vieira, Duarte N. 2013. «História médica forense em casos de alegada agressão sexual». In *Agressões sexuais. Intervenção pericial integrada*, org. T. Magalhães e D. Nuno Vieira. Maia: SPECAN, 213-229.
- Magalhães, T., Jardim, P. e Vieira, Duarte, N. 2013. «Exame físico e colheita de vestígios em vítimas de alegada agressão sexual». In *Agressões sexuais. Intervenção pericial integrada*, org. T. Magalhães e Duarte, N. V. Maia: SPECAN, 231-267.
- Magalhães, T., Taveira, F., Jardim, P., Santos, L., Matos, E. e Santos, A. 2009. «Sexual abuse of children. A comparative study of intra and extra-familial cases». *Journal of Forensic and Legal Medicine*, nº 16:455-459.
- Peixoto, C., Ribeiro, C. e Lamb, M. 2011. «Forensic Interview protocol in child sexual abuse. Why and what for?». In *To improve the management of child abuse and neglect*, org. T. Magalhães. Maia: SPECAN, 133-159.
- Pinto da Costa, D., Taborda, M. J. e Magalhães, T. 2010. «Da suspeita ou deteção à sinalização do abuso». In *Abuso de crianças e jovens. Da suspeita*

- ao diagnóstico, org. T. Magalhães. Lisboa: Lidel, 139-146.
- Senn, T. E., Carey, M. P. e Venable, P. A. 2008. «Childhood and adolescent sexual abuse and subsequent sexual risk behavior: Evidence from controlled studies, methodological critique, and suggestions for research». *Clinical Psychology Review*, nº 28:711-735.
- United Nations Children's Fund. 2012. «Measuring and Monitoring Child Protection Systems: Proposed Core Indicators for the East Asia and Pacific Region», Strengthening Child Protection Series No. 1, Bangkok: UNICEF EAPRO.
- WHO. s/d «Child Maltreatment», <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs150/en/>

Ação Social

(Luís Oliveira Santos)

Em Portugal e em alguns outros países da Europa, a expressão ação social veio substituir, no que diz respeito à denominação de políticas e estrutura de serviços, a anteriormente denominada assistência social (Branco, 2009). De acordo com o mesmo autor, um dos principais fundamentos para esta mudança reside porventura na conotação negativa que o termo assumiu no território nacional pela sua associação às políticas sociais do Estado Novo.

É hoje um dado inquestionável que a Ação Social exerce um papel fundamental numa sociedade cuja evolução deu origem não só a novos estilos de vida e a novas necessidades, como a contextos marcados por fenómenos de polarização espacial e social (Quaresma *et al.* 1995).

De facto, desde os anos 80 do século XX, o contexto e o papel da Ação Social transformaram-se de forma significativa em decorrência de uma convergência tendencial, então verificada, das políticas sociais e uma convergência real dos problemas sociais no contexto europeu.

A este propósito, Rodrigues (2003) refere que o termo ação social é hoje utilizado com sentidos e âmbitos muito diferenciados, podendo indicar: (i) o conjunto das intervenções sociais, públicas e privadas, em relação aos problemas sociais; (ii) os dispositivos e técnicas facilitadores e de acompanhamento dos processos de inserção social; e (iii) o ramo da política da segurança social, cujas medidas cobririam os riscos não abrangidos pelo esquema previdenciário.

De acordo com o primeiro entendimento, a ação social é, de acordo com a mesma autora, encarada como o somatório das iniciativas trans-

versais aos diversos setores sociais, nos quais ocuparia as funções afetas às medidas para os públicos mais desfavorecidos ou em risco de vulnerabilização.

De acordo com o segundo entendimento, a ação social é entendida como um procedimento que, nos quase sempre complexos processos de inserção, e mediante uma pluralidade de métodos e técnicas, se ocupa do acompanhamento sócio-institucional dos destinatários com vista a estimular, acompanhar e avaliar os percursos para a integração. Esta conceção está hoje expandida nos Programas do Rendimento Social de Inserção, onde, de forma a tornar a intervenção mais eficaz, à ação social se juntam as áreas da educação, emprego e formação profissional, saúde e habitação (Rodrigues, 2003).

De acordo com o terceiro entendimento, a ação social corresponde à designação que, desde a década de 70 do século XX, tem enquanto parte integrante da política pública da Segurança Social feita ainda do ramo previdenciário. Trata-se da designação oficial que substituiu a anteriormente chamada Assistência Social (Rodrigues, 2003).

Configurada como uma prática social, a Ação Social remonta a períodos antigos da humanidade. Entendida inicialmente como ajuda ao outro é, posteriormente, no quadro das novas relações sociais, direcionada para o apoio aos mais carenciados.

Na verdade, já na Antiguidade Grega e Romana se verificava a distribuição de apoios eventuais, em espécie, aos mais necessitados (Rodrigues, 2003). Contudo, é com o Cristianismo que novas formas de ajuda ao outro se expandem e incorporam, para além da dimensão material, a espiritual. Na Idade Média começam a ser organizados e alargados os apoios de cariz religioso e laico. São criadas as primeiras instituições de caridade e benemerência, leprosas, hospitais, escolas e orfanatos. Passa a organizar-se ainda o aconselhamento ao domicílio.

Enquanto instrumento do Estado, a Ação Social é geralmente configurada como medida de política social que visa prevenir e reparar situações de carência e de desigualdade socioeconómica, de dependência, exclusão ou vulnerabilidade sociais, integrar e promover as pessoas ao nível da comunidade e apostar na aquisição e desenvolvimento de competências, bem como garantir especial proteção aos grupos mais vul-

neráveis, tais como crianças, jovens, pessoas com deficiência, idosos e outras pessoas em situação de carência económica ou social.

De acordo com esta perspetiva, a Ação Social, desenvolvida numa parceria entre o Estado, o Poder Local e as Instituições Particulares de Solidariedade Social Sem Fins Lucrativos, intervém em domínios essenciais, tais como: (i) os serviços e equipamentos sociais, (ii) os programas de combate à pobreza e exclusão social; e (iii) as prestações em géneros (Quaresma *et al.*, 1995).

Bibliografia

- Branco, F. 2009. «Ação Social, individuação e cidadania. A construção do acompanhamento social no contexto do Estado Social activo». *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 17: 81-91.
- Quaresma, M. L., Morgado, M. V., e Gomes, M. V. B. 1995. *Situar a ação social numa lógica de intervenção*. Lisboa: Direcção Geral da Acção Social. Núcleo de Documentação Técnica e de Divulgação.
- Rodrigues, F. coord. 2003. *Acção social na área da exclusão social*. Lisboa: Universidade Aberta.

Acesso à Justiça

(João Casqueira Cardoso)

No final da década de 1970, o jus-comparatista Mauro Cappelletti dirigiu um projeto de pesquisa no Instituto Universitário Europeu sobre o «Acesso à Justiça e o Estado-Providência». O resultado final deste estudo (intitulado «Acesso à Justiça») explicita, *interalia*, que o Direito de eficaz acesso à Justiça surgiu com os novos direitos sociais, isto é como um aprofundamento dos aspetos substanciais dos Direitos Humanos (Cappelletti e Garth, 1978). Como tal, o acesso à justiça é um conceito mais amplo do que o acesso aos tribunais, pois engloba o reconhecimento de que todos têm direito à proteção da lei.

O acesso à Justiça (e o direito a um eficaz e efetivo acesso à Justiça, em bom rigor) está interligado, de facto, com a manutenção dos demais direitos fundamentais, pois os outros direitos fundamentais ficariam sem sentido se não fosse possível fiscalizar a sua correta aplicação. O respeito e a proteção dos Direitos Humanos só podem ser garantidos com a disponibilidade de soluções jurídicas eficazes, processualmente, quer no plano nacional, quer num plano internacional (Francioni, 2009).

Mas é sobretudo na sua dimensão nacional ou local que o acesso à Justiça deve ser analisado. O direito de acesso à Justiça tem, com efeito, para além do seu cunho mais técnico-jurídico, uma dimensão de cidadania. Esta dimensão implica a garantia de proteção de todas as pessoas, e em especial as mais vulneráveis, por exemplo, através de mecanismos de apoio judiciário, evitando a existência de um sistema judicial a várias velocidades, para ricos por um lado e para pobres do outro. O acesso à Justiça, portanto, é também uma componente essencial de cada ordem jurídica nacional, do seu sistema jurídico-judiciário, e um traço essencial do Estado de direito. Permite às pessoas reivindicar ativamente uma plena cidadania, através do uso de toda a gama dos direitos fundamentais de que são titulares (Genn, 1999).

Mais especificamente, o acesso à Justiça visa garantir que as leis fornecem uma proteção eficaz dos direitos fundamentais (normalmente aqueles previstos nas constituições nacionais e/ou nas convenções internacionais). Permite, de forma sintetizada, três garantias:

- i) Primeiro, assegurar a adequação do nível das estruturas nacionais e dos procedimentos de queixas em caso de violação dos direitos fundamentais, e a disponibilidade de meios eficazes, justos e protetores, inclusive meios informais (provedores, igualmente designados pela sua palavra original «*ombudsman*», que implica um serviço especial desempenhado precisamente para a tarefa de controlo do respeito pelos direitos fundamentais por parte das autoridades públicas, tribunais incluídos), e meios de resolução alternativa dos litígios;
- ii) Segundo, assegurar soluções jurídicas e reparações eficazes, acessíveis e atempadas, incluindo compensação, sanções penais, e reparações cíveis;
- iii) Terceiro, assegurar que sejam desenvolvidas medidas preventivas, incluindo a sensibilização do público através de programas de educação sobre o direito e a Justiça, bem como treinos de pessoal judicial com foco geral e foco especial sobre pessoas com eventuais vulnerabilidade no acesso à Justiça.

Para concluir, o acesso à Justiça não significa apenas o acesso ao contraditório (e direito a

ser assistido por advogado, por exemplo) e aos tribunais. O conceito é bem mais alargado, e reenvia igualmente ao acesso a meios efetivos de implementação do Direito. O acesso à Justiça implica que as autoridades públicas se comportem não só corretamente, mas também proativamente, para que todos tenham uma compreensão básica dos seus direitos e a capacidade para fazer cumprir os mesmos (Bevan, Holland e Partington, 1996).

Bibliografia

- Bevan, G., Holland, T. e Partington, M. 1996. «Organizing cost-effective access to justice». In *Resourcing civil justice (Oxford readings in socio-legal studies)*, org. A. A. Paterson e T. Goriely. Oxford: Oxford University Press, 281-303.
- Cappelletti, M. e Garth, B. 1978. *Access to justice*. Vol. 1: A world survey. Milão: Giuffrè Editore.
- Francioni, F. 2009. *Access to justice as a Human Right*. Oxford: Oxford University Press.
- Genn, H. 1999. *Paths to justice: What people do and think about going to the law*. Oxford: Hart Publishing.

Ácido Desoxirribonucleico – ADN

(Joana Queiroz-Machado)

O ácido desoxirribonucleico (DNA) constitui o material genético, contendo o código necessário para a produção de proteínas celulares, que em última análise determinam ou contribuem para a manifestação de traços individuais específicos, desde a aparência da pele, do cabelo e dos olhos até a aspetos mais complexos como a personalidade. O DNA é capaz de se duplicar por forma a que a informação nele contida seja transmitida de geração em geração.

Vários cientistas contribuíram para a descoberta do DNA, nomeadamente Friedrich Miescher, inicialmente em 1869, e mais tarde Phoebus Levene, Erwin Chargaff, Rosalind Franklin e Maurice Wilkins. A sua estrutura tridimensional em dupla hélice foi finalmente revelada por James Watson e Francis Crick na década de 1950 (Portin, 2014).

O DNA é uma molécula helicoidal formada por duas cadeias poliméricas paralelas, compostas por monómeros, designados nucleótidos, que podem conter uma de quatro bases distintas: adenina, timina, guanina e citosina. As adeninas e as guaninas de uma cadeia emparelham

respetivamente com as timinas e citosinas da cadeia oposta através de pontes de hidrogénio. A sequência destas bases no DNA determina o código genético de cada indivíduo e constitui o seu genoma.

O genoma humano é formado grosseiramente por dois tipos de sequências de DNA distintas: (i) os genes que constituem regiões únicas codificando ácido ribonucleico (RNA) e proteínas específicas e (ii) as sequências repetitivas não-codificantes, designadas por DNA satélite.

O DNA localiza-se maioritariamente no núcleo da célula, embora também exista na mitocôndria, organelo celular responsável pela respiração celular e produção de energia. O DNA mitocondrial tem herança exclusivamente materna e vai sofrendo mutações ao longo da vida de cada indivíduo, durante o processo de envelhecimento e eventuais alterações degenerativas.

Desde a sua descoberta, o estudo do DNA tem tido impacto em diversas áreas da sociedade (ver também em Genética), nomeadamente na saúde. Permitiu compreender melhor a etiologia de diversas doenças, contribuiu para o diagnóstico de parte delas e para o desenvolvimento de terapêuticas médicas importantes.

O desenvolvimento científico e tecnológico no âmbito da Biologia e Genética Moleculares contribuiu também para o progresso das ciências forenses; veio permitir averiguar a origem e identidade de amostras biológicas no contexto de investigações de parentesco biológico, de identificação individual a partir de restos cadavéricos e na criminalística biológica.

Em relação aos três tipos de perícias mencionadas, o processo de identificação é possível graças a variações individuais na sequência de bases do DNA (polimorfismos) mais abundantes nas regiões de DNA satélite, não só porque estas regiões são constituídas por sequências de bases altamente repetitivas caracterizadas por elevada variabilidade interindividual (regiões hipervariáveis do genoma), mas também porque constituem a maior parte do genoma humano (Jeffreys Wilson e Thein, 1985; Pinheiro, 2010). Sendo assim, são analisados marcadores genéticos localizados nessas regiões de DNA satélite, nomeadamente os microsatélites ou STR (*Short Tandem Repeats*) (Souto, 2010) e os SNP (*Single Nucleotide Polymorphisms*) (Canturk, Emre, Kinoglu, Baspinar, Sahin e Ozen, 2014; Carvalho, 2010). Nas perícias forenses utiliza-se preferencial-

mente o DNA nuclear, sendo que o DNA mitocondrial também pode ser analisado em circunstâncias particulares: quando o DNA na amostra é escasso ou se encontra em mau estado de conservação, quando há necessidade de comparar geneticamente familiares aparentados por linha materna ou nos casos em que é necessária informação adicional para o relatório pericial (Geada, 2010).

Laboratorialmente procede-se à extração do DNA a partir das amostras biológicas (como, por exemplo, manchas de sangue, pêlos, saliva e sêmen), utilizando protocolos cada vez mais otimizados e controlados (Butler, 2012). Em seguida, utilizam-se técnicas de amplificação de DNA, designadamente a PCR (*Polymerase Chain Reaction*) que permite a replicação de um fragmento específico de DNA num tubo de ensaio, em cerca de um milhão de vezes, o que permite posterior análise, mesmo que a sua quantidade na amostra seja inicialmente escassa (Butler, 2012). Atualmente estão disponíveis kits comerciais validados, com elevado poder de discriminação, que analisam diversos marcadores genéticos.

A caracterização dos produtos amplificados é realizada utilizando sequenciadores de DNA automáticos, obtendo-se o perfil genético das amostras (Butler, 2012).

A interpretação dos resultados de qualquer tipo de perícia assenta na comparação de perfis genéticos. No caso de investigações de paternidade, importa comparar os perfis genéticos das amostras biológicas provenientes do filho, da mãe e do potencial pai. Relativamente à identificação de restos cadavéricos o seu perfil deverá ser comparado com aqueles obtidos a partir de objetos de uso pessoal e/ou de familiares próximos. Por outro lado, as perícias no contexto da criminalística biológica baseiam-se na caracterização e comparação dos perfis genéticos das amostras recolhidas na vítima ou no local do crime com os perfis genéticos de suspeitos do autor do crime (Pinheiro, 2008).

O relatório pericial deverá descrever a análise dos resultados e as conclusões, abordando a valorização estatística dessas conclusões.

Bibliografia

Butler, J. M. 2012. *Advanced topics in forensic dna typing: Methodology*. Waltham: Elsevier Academic Press.

Canturk, K. M., Emre, R., Kinoglu, K., Baspinar, B., Sahin, F. e Ozen, M. 2014. «Current status of the use of single-nucleotide polymorphisms in forensic practices». *Genetic Testing and Molecular Biomarkers*, 18, nº 7: 455-60.

Carvalho, M. R. 2010. «Single nucleotide polymorphisms (SNPs) com aplicação forense». In *Genética Forense Perspectivas da identificação genética*, Org. M. F. Pinheiro. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 187-198.

Geada, H. S. 2010. «DNA mitocondrial. Aplicação ao estudo do DNA humano». In *Genética Forense Perspectivas da identificação genética*, Org. M. F. Pinheiro. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 139-162.

Jeffreys, A. J., Wilson, V. e Thein, S. L. 1985. «Hypervariable «minisatellite» regions in human DNA». *Nature*, nº 314: 67-79.

Pinheiro, M. F. 2008. «A Perícia em Genética e biologia forense – Criminalística biológica». In *CSI Criminal*, Org. M. F. Pinheiro. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 7-38.

Pinheiro, M. F. 2010. «Algumas perspectivas da identificação genética». In *Genética Forense – Perspectivas da identificação genética*, Org. M. F. Pinheiro. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 17-78.

Portin, P. 2014. «The birth and development of the DNA theory of inheritance: sixty years since the discovery of the structure of DNA». *Journal of Genetics*, nº 93: 293-302.

Souto, L. 2010. «Interesse dos microsatélites na identificação genética». In *Genética Forense – Perspectivas da identificação genética*, Org. M. F. Pinheiro. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 79-102.

Acolhimento Residencial

(Paula Cristina Martins)

O acolhimento residencial constitui uma medida de promoção e proteção prevista na Lei nº 142/2015, de 8 de setembro, como medida de colocação de crianças e jovens em perigo numa instituição designada como casa de acolhimento. Visa contribuir para a satisfação das necessidades destas crianças e jovens e para o exercício dos seus direitos, promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

A diversidade tipológica destas instituições, com modelos de intervenção socioeducativa conformes com as necessidades da população-alvo, está organizada em diferentes respostas residenciais, com diferentes graus de especialização. A sua designação encontra-se atualmente em processo de reformulação, aguardando-se a

regulamentação própria do seu regime de funcionamento e organização. Globalmente, dispomos de Centros de Acolhimento Temporário, Lares de Infância e Juventude, Lares de Infância e Juventude Especializados, Unidades de Emergência, Casas de Acolhimento de Emergência, Apartamentos de Autonomização, Centros de Apoio à Vida, Lares Residenciais, Lares de Apoio, Colégios de Ensino Especial, Comunidades Terapêuticas e Comunidades de Inserção (Instituto de Segurança Social, 2014). Estes dispositivos têm em comum o funcionamento em regime aberto.

O acolhimento residencial de crianças em perigo tem uma longa tradição em Portugal, remontando ao séc. XII (Martins, 2004), o que se traduz numa extensa capacidade instalada, especialmente a norte do país, de carácter predominantemente privado, sem fins lucrativos (IPSS), constituindo a resposta de colocação mais expressiva, o que contrasta com a dificuldade de implantação de respostas de colocação em alternativa, como é o caso do acolhimento familiar.

A evolução verificada nas políticas de proteção neste domínio nas últimas duas décadas incidiu especialmente em dois níveis essenciais de atuação: (i) na diminuição do nº de crianças em acolhimento residencial; (ii) na alteração do perfil das casas de acolhimento.

De facto, o número de crianças e jovens em acolhimento tem sido considerado excessivo, em comparação com outros países da Europa central e do norte. Desde 2004 a 2012 assistiu-se a uma taxa de desinstitucionalização progressiva, com a consequente diminuição do número de crianças e jovens neste regime (15.118 em 2004, 8.557 em 2012) e na diminuição da duração dos períodos de acolhimento, a par do predomínio da aplicação de medidas de promoção e proteção em meio natural de vida. Desde 2012 que os números evidenciam uma tendência para a estabilização (8470 em 2014) (Instituto de Segurança Social, 2014).

A alteração do perfil das respostas residenciais traduziu-se na redução expressiva das macro-instituições, com predomínio de casas de acolhimento de pequena ou média capacidade, com uma apresentação física e uma dinâmica interna tão normalizadas quanto possível, assim como na profissionalização e formação das equipas que trabalham nestas instituições.

A evolução dos projetos de vida das crianças e jovens em acolhimento é acompanhada e monitorizada de forma sistemática pelas autoridades com competência específica – as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e pelos Tribunais.

A evolução das políticas de proteção de crianças e jovens em perigo, em geral e, especificamente, da medida de colocação residencial, teve como consequência a mudança do perfil da população atendida pelos serviços de acolhimento residencial, em duas dimensões (Instituto de Segurança Social, 2014): (i) o aumento da idade da população em acolhimento – com predomínio dos adolescentes (12-20 anos), que correspondem a 68.7% do total da população acolhida; (ii) a problematização crescente deste grupo, com o aumento de casos de problemas de comportamento, problemas de saúde mental, consumos, deficiências físicas e mentais.

A negligência, ao nível da supervisão parental e da prestação dos cuidados de educação e saúde, e a exposição a modelos parentais desviantes são atualmente as causas mais frequentes de acolhimento residencial de crianças e jovens em perigo (Instituto de Segurança Social, 2014).

Bibliografia

- Instituto de Segurança Social. 2014. *CASA 2014 – Relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*. Lisboa: ISS.
- Lei nº 142/2015, de 8 de Setembro: *Segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*, aprovada pela Lei nº 147/99, de 1 de setembro.
- Martins, P. 2004. «Proteção de crianças e jovens em itinerários de risco. Representações, Espaços e Modos». Tese de doutoramento em Estudos da Criança, Braga, Universidade do Minho.
- Martins, P. 2010. «A proteção das crianças e jovens em risco – traços e percursos». In *Estudos em homenagem ao Dr. Rui Epifânio A. Leandro*, org. A. Laborinho Lúcio e P. Guerra. Coimbra: Almedina. 317-334.
- Martins, P. 2015. «Depois do entretanto: o acolhimento institucional como lugar de passagem de trajetórias de vida complexas». In *Intervenção em sede de promoção e proteção de crianças e jovens*, org. P. Guerra. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 129-151.

Crime, Justiça e Sociedade

Com a contribuição dos mais reputados académicos, especialistas e investigadores nacionais e internacionais as noções e conceitos fundamentais reunidos num único livro inovador.

Um instrumento de trabalho e de consulta indispensável para estudantes, profissionais, estudiosos e grande público.

Com índice remissivo e temático para mais fácil e operacional consulta.

Colaboradores/autores

Adriano Beiras	Fausto Amaro	Leonor Valente Monteiro	Paula Cristina Martins
Alessandra Silveira	Feliz Gouveia	Luís Oliveira Santos	Paula Emanuel R. M. Vagos
Alexandra M. dos Santos E. Vilela	Fernanda Mollinari	M. Salomé Pinho	Paula Mota Santos
Alexandra Silva Oliveira	Fernando Barbosa	Madalena Sofia Oliveira	Paulo Castro Seixas
Álvaro Campelo Pereira	Fernando de Almeida	Manuel Ângelo Gomes	Paulo Manuel Costa
Amadeu Recasens	Francisca Fariña	Manuel J. Sarmento	Paulo Vila Maior
Ana Cristina Neves	Frederico Moyano Marques	Mara Lopes	Pedro B. Albuquerque
Ana Isabel Sani	Gloria F. Alises	Márcia Carvalho	Pedro Cunha
Ana Rodrigues da Costa	Glória Jóluskin	Margarida Gaspar de Matos	Pedro Freitas Oliveira
Ana Sacau Fontenla	Hélder F. P. Sousa	Margarida Pedroso de Lima	Pedro Madeira Froufe
Ana Salomé Camarinha	Hélder Tiago Fernandes	Maria Alzira Pimenta Dinis	Pedro Miguel Freitas
Ana Sofia de Sá Pereira	Inês M. Gomes	Maria Aparecida C. da Silveira	Ramón Arce
Ana Sofia Neves	Inês Magalhães Dias	Maria Clara Calheiros	Raquel Carvalho Matos
André Lamas Leite	Inês Martins Jongenelen	Maria do Rosário Anjos	Raquel Reis Guerra
António C. R. Brasileiro	Iris S. Almeida	Maria Francisca Rebocho	Ricardo Barroso
Artur Pereira	Isabel Dias	Maria João Guerreiro	Ricardo Jorge Dinis-Oliveira
Carla Alexandra Fonte	J. Norberto Martins	Maria João Vargas-Moniz	Rita Faria
Carla P. Dias	J. Pinto da Costa	Maria José Pinto da Costa	Rita Marto
Carla Sani	Joana Freitas Oliveira	Maria Manuela Maia	Rita Mota Sousa
Carla V. Antunes	Joana Queiroz-Machado	Mariana Reis Barbosa	Rita Penedo
Carlos Alberto Poiares	Joana White	Marina Afonso Lencastre	Rita Rola
Carlos Fariinha	João Aguiar Coelho	Marina Carvalho	Rosa Melim Saavedra
Carlos Silva	João Casqueira Cardoso	Mário Ferreira Monte	Rui do Carmo
Catarina A. Tomás	João Fonseca Leal	Mário R. Simões	Rui Estrada
Célia Ferreira	João Nogueira	Marisálva Fávoro	Rui Leandro Maia
Celina Manita	João Paulo Vilas Boas	Marlene Matos	Rui Medeiros Paulo
Cristiano Nogueira	Joel Timóteo Pereira	Mauro Paulino	Rui Tinoco
Cristina A. Dias	Jorge Negreiros	Miguel Cameira	Salvato Trigo
Cristina Matos Soeiro	Jorge Quintas	Miriam Silva Pina	Sandra Gonçalves Tuna
Cristina Pereira Vieira	Jorge Trindade	Modesto Mendes	Sandra Rodrigues Balão
Cristina Pimentão	José B. Alves	Natália Fernandes	Sara Isabel Magalhães
Daniel A. Seabra	José Ferreira	Nélio Brazão	Sónia Caridade
Daniel Rijo	José Fontão Pereira	Nelson Azevedo Barros	Sónia Pimentel Alves
Diana Ribeiro da Silva	José Ornelas	Olga Araújo	Tatiana Savoia Landini
Edson Arthur Scherer	José Soares Martins	Olga S. Cruz	Teresa M. Magalhães
Eduardo Jorge Madureira Lopes	Kate Moss	Olga S. Cunha	Teresa M. Toldy
Elsa Simões Lucas Freitas	Laura M. Nunes	Olímpio N. Tieggi	Ulrike Schultz
Fátima Ferreira	Leonor Campos Monteiro	Paula Cristina Cabral	Zélia Teixeira
			Zeyne Alves Pires Scherer

Dicionário

Crime, Justiça e Sociedade

527

